

1. APRESENTAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O **CAO Educação** produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus).

2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Distribuição da merenda escolar é discutida em reunião

Em reunião da Comissão Especial da Assembleia Legislativa que analisa a possibilidade de retomada das atividades escolares em Mato Grosso, o promotor de Justiça Miguel Silhessarenko Júnior destacou que o fornecimento de alimentação escolar aos alunos durante a pandemia da Covid-19 foi uma das primeiras preocupações do Ministério Público Estadual (MPMT), assim que as aulas foram suspensas. “Fizemos uma recomendação para todo o estado e todos os promotores estão atuando nesse sentido. Se ainda há notícias de que vários municípios estão tendo dificuldades com o fornecimento da alimentação escolar, isso vai ter que ser apurado”, afirmou. [Continue lendo AQUI.](#)

Transporte escolar no Município deverá passar por várias adequações

Após constatação de várias irregularidades no transporte público escolar no município de Marcelândia, o Ministério Público ingressou com ação judicial e obteve liminar que determina ao Estado e Município uma série de adequações. Entre elas, a realização de vistoria semestral em todos os veículos utilizados para tal finalidade e a comprovação de que os condutores participaram de curso de especialização. De acordo com o promotor de Justiça Guilherme da Costa, antes de ingressar com ação judicial o Ministério Público propôs a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, mas o Município entendeu que não haveria necessidade. Durante a investigação, foram constatadas as seguintes ilegalidades: veículos circulando sem afixação da autorização para circular que deve ser emitida pelo órgão executivo de trânsito responsável, veículos circulando sem vistoria semestral obrigatória,



motoristas sem curso especializado de direção e ausência de cumprimento do dever de publicidade e orientação da frota veicular utilizada no transporte escolar. [Continue lendo AQUI.](#)

Mediadores escolares recebem certificação por videoconferência

Após 100 horas de capacitação divididas entre teoria e prática, 22 mediadores escolares receberam o tão sonhado certificado nesta terça-feira (07), em solenidade virtual realizada por videoconferência. A partir de agora, os profissionais de mais seis escolas estaduais estão aptos a usar técnicas de mediação para solucionar conflitos como indisciplina, violência e intolerância nas unidades de ensino, bem como a promover uma cultura de paz nas escolas. O Curso de Mediação de Conflitos é resultado de uma parceria entre Ministério Público Estadual (MPMT), Poder Judiciário e Secretaria de Estado de Educação (Seduc). [Continue lendo AQUI.](#)

3. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE OUTROS ESTADOS

MPRJ recomenda que Município do Rio apresente plano antes de retomar atividades presenciais nas creches e escolas municipais e privadas

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª e 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, expediu recomendação conjunta para que o Município do Rio apresente, no prazo de 15 dias, plano de ação para retomada das atividades presenciais nas creches e escolas municipais e privadas, com estruturação do calendário escolar para o ano letivo de 2020. Embora solicite informações sobre o plano de retorno às aulas presenciais, o MPRJ reitera, com base em documento elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz, que sejam mantidas as medidas restritivas de isolamento na rede municipal de ensino, abstendo-se o município de promover ou autorizar a reabertura das creches e escolas municipais e privadas. [Continue lendo AQUI.](#)

MPRJ instaura inquérito civil para apurar notícias de violência sexual em âmbito escolar

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e Juventude da Capital, instaurou, na quinta-feira (25/06), inquérito civil para acompanhar os reiterados episódios de violência de gênero por assédio sexual e/ou moral praticados por alunos ou professores em âmbito escolar ou em decorrência de relações escolares. [Continue lendo AQUI.](#)

MPRJ ajuíza ações para que escolas particulares de Duque de Caxias não retomem as atividades presenciais

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo Duque de Caxias, ajuizou junto à 3ª Vara Cível de Duque de Caxias, entre os dias 04/07 e 07/07, 28 ações civis públicas, com pedido de urgência, contra as maiores escolas particulares do município para que cumpram decisão judicial que determinou a manutenção do isolamento social no Município e, consequentemente, a suspensão de aulas presenciais, como medida de combate ao novo coronavírus (Covid-19). [Continue lendo AQUI.](#)

MPSC e Defensoria selam acordo com 17 escolas da Capital e garantem descontos nas mensalidades até a volta das aulas presenciais

Com o compromisso firmado com a 29ª Promotoria de Justiça e a Defensoria Pública, os pais e responsáveis não precisam mais negociar descontos individuais ou mesmo renegociar a cada vencimento e, por outro lado, os estabelecimentos, que vinham perdendo alunos, aumentam as chances de manter o negócio e são excluídos da ação civil pública que apura o desequilíbrio contratual causado pela suspensão das atividades presenciais. [Continue lendo AQUI.](#)

Formulário de busca ativa auxilia escolas a prevenir evasão escolar na pandemia

Procedimento deve ser realizado quando estudantes, após sete dias úteis, não apresentarem atividades propostas pelos professores e pela escola. Lançamento do formulário on-line, que é pioneiro no país, ocorreu nesta sexta-feira em webconferência com Secretários Municipais de Educação de todo o estado. [Continue lendo AQUI.](#)

MPSP quer que Sorocaba pague multas fixadas em ações por vagas em creches e remédios

Nesta semana, o promotor de Justiça Felipe Bragantini de Lima ajuizou ação de execução contra o município de Sorocaba, com o objetivo de cobrar diversas multas judiciais aplicáveis em processos que tramitaram na Vara da Infância e Juventude local. A ação trata de multas decorrentes do atraso do município em cumprir as determinações judiciais, notadamente de concessão de vaga em creche/pré-escola e fornecimento de medicamentos. Na [petição inicial](#), o membro do MPSP faz referência a multas aplicadas em 38 processos individuais. [Continue lendo AQUI.](#)

MPES recomenda suspensão de aulas presenciais em todo o Estado

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Promotoria de Justiça de Vitória, com os promotores de Justiça que atuam nas áreas de Educação e Saúde, encaminharam



notificação recomendatória para os secretários de Estado da Educação, Vítor de Angelo, e da Saúde, Nésio Fernandes de Medeiros Junior, para que adotem imediatamente todas as providências que se fizerem necessárias para a manutenção da suspensão das aulas presenciais em todas as escolas, universidades e faculdades, inclusive cursos livres, das redes de ensino pública e privada no âmbito do Estado do Espírito Santo. A medida deve permanecer enquanto o indicador de velocidade de Reprodução ou de Transmissão da Covid-19, o chamado RT, não estiver abaixo de 1, por pelo menos duas semanas em todo o Estado. [Continue lendo AQUI.](#)

Luís Eduardo Magalhães é acionado para regularizar prevenção a incêndio e pânico nas escolas municipais

O Ministério Público estadual solicitou à Justiça, em ação civil pública ajuizada hoje, dia 2, que determine, em decisão liminar, ao Município de Luís Eduardo Magalhães a adequação das escolas e creches da rede municipal quanto a equipamentos de prevenção a incêndio e pânico, com regularização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e do Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico (PSCIP). O promotor de Justiça Bruno Pinto e Silva, autor da ação, pediu também determinação judicial que impeça o Município de retomar as aulas enquanto a situação não for regularizada. Conforme o pedido, o governo municipal deve realizar a revisão dos alvarás de funcionamento das unidades escolares da rede privada quanto aos requisitos de segurança. [Continue lendo AQUI.](#)

Ministério Público tem pedido atendido pelo Judiciário para escola em S. José da Tapera reduzir em 30% as mensalidades

Após a ação civil pública com pedido de tutela de urgência e obrigação de fazer o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) teve decisão favorável, determinando que o Centro de Ensino Logos conceda imediatamente o desconto de 30% nas mensalidades. Diante da situação pandêmica, o magistrado entendeu o pedido do promotor de Justiça, Fábio Bastos Nunes, como razoável, visto a situação financeira em que se encontram muitos pais devido à suspensão de suas atividades. [Continue lendo AQUI.](#)

MPPE convida estudantes, professores, pais e gestores das escolas públicas e privadas para colaborar na construção do diagnóstico da educação em tempos de pandemia.

Queremos ouvir vocês. Compartilhe a sua percepção sobre a qualidade da educação, oferta e acesso. De forma colaborativa com a sociedade, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vai construir um diagnóstico mais aprimorado, com a reunião dos dados oficiais das



Gerências Regionais e Secretaria do Estado e as Municipais de Educação e das informações oriundas da percepção dos principais destinatários, responsáveis e interessados: vocês. Acesse aqui e auxilie o MPPE a dirigir a ação de forma mais eficaz para um resultado coletivo social, significativo para todos. [Continue lendo AQUI.](#)

MPPA instaura procedimento para fiscalizar construção de creches públicas

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) instaurou um procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar a conclusão das obras de construção de duas creches na cidade de Santa Luzia do Pará. A gestão do Município foi acionada para que informe o prazo de conclusão e inauguração das creches e cronograma das obras. [Continue lendo AQUI.](#)

Promotorias recomendam plano de ação para retomada das aulas

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através da 3ª e 4ª Promotorias de Justiça de Benevides, expediu nesta quinta-feira (9) Recomendação ao Prefeito Municipal, à Secretária Municipal de Educação e aos responsáveis por estabelecimentos de ensino e demais servidores públicos municipais com cargos de chefias, onde solicita a adoção de providências na realização do Plano de Ação para a retomada das atividades escolares presenciais, consistindo em medidas para evitar a contaminação de servidores/trabalhadores pelo novo coronavírus e a efetivação do direito a educação no município de Benevides. [Continue lendo AQUI.](#)

Retomada planejada das aulas presenciais é objeto de Recomendação

A promotoria de Justiça de Juruti expediu, nesta terça-feira (7), Recomendação à prefeitura e secretaria municipal de Educação para que apresente em 15 dias, plano de ação para retomada das atividades escolares presenciais, com cumprimento dos requisitos legais mínimos para oferta de educação de qualidade e garantia das medidas sanitárias e de prevenção para evitar a contágio pelo novo coronavírus. O plano deve ser construído após debate com a participação da comunidade escolar, por meio do Conselho Escolar, além do Conselho Municipal e Estadual de Educação e organizações da sociedade civil. [Continue lendo AQUI.](#)

MPs realizam escuta pública sobre a educação na pandemia

A partir desta segunda-feira, 6 de julho, o Ministério Público do Pará, Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT) realizam uma escuta pública a fim de ouvir a comunidade escolar sobre a oferta da educação neste período de pandemia da Covid-19, que determinou a suspensão das atividades nas escolas e a realização de aulas remotas. A escuta pública



ocorrerá de forma virtual, no período de 6 a 31 de julho e estará aberta todas as regiões do Pará. Os participantes responderão a um formulário disponibilizado no link: abre.ai/escuta-publica [Continue lendo AQUI.](#)

4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF suspende efeitos de lei gaúcha que muda idade de ingresso no ensino fundamental

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso deferiu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6312 e suspendeu os efeitos de dispositivos da Lei estadual n. 15.433/2019 do Rio Grande do Sul que estipulam a idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. Segundo o ministro, é competência privativa da União editar normas gerais sobre educação e ensino. [Continue lendo AQUI.](#)

Só União pode determinar normas gerais sobre educação e ensino, diz Barroso

É competência privativa da União editar normas gerais sobre educação e ensino. Com esse entendimento, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, deferiu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.312 e suspendeu os efeitos de dispositivos da Lei estadual 15.433/2019 do Rio Grande do Sul que estipulam a idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. [Continue lendo AQUI.](#)

5. CONGRESSO

Câmara aprova MP que desobriga escolas de cumprir quantidade mínima de dias letivos

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu nesta terça-feira (7) a votação da Medida Provisória 934/20, que suspende a obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos neste ano em razão da pandemia de Covid-19. A matéria será enviada ao Senado. [Continue lendo AQUI.](#)

6. OUTRAS NOTÍCIAS

MEC vai criar base de dados para cadastrar estudantes com deficiência no Brasil

O Ministério da Educação (MEC) vai criar um sistema para cadastrar estudantes da Educação Básica que tenham algum grau de dificuldade em habilidades como enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus; ou algum tipo de deficiência mental/intelectual no Brasil. A medida faz parte do Plano de Contingência para Pessoas com Deficiência, lançado pelo Governo Federal nesta segunda-feira (06), dia em que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) completou 5 anos. O artigo 92



da LBI prevê a criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, chamado de Cadastro-Inclusão, mas até hoje não havia um sistema de tecnologia de informação unificado para alimentar esse Cadastro. O MEC e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) assinaram um Protocolo de Intenções em que ambas as pastas se comprometem a viabilizar a construção desse Cadastro. [Continue lendo AQUI.](#)

Conselho Nacional de Educação propõe que escolas evitem reprovar em 2020

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no dia 07 de julho um parecer que recomenda que escolas públicas e privadas evitem a reprovação dos estudantes neste ano por causa da pandemia do coronavírus. O documento prevê ainda a possibilidade de antecipar o início do ano letivo de 2021 para garantir a aprendizagem que não tenha ocorrido em 2020. [Continue lendo AQUI.](#)

Dados dos estudantes que utilizam plataforma de ensino a distância devem ser protegidos, orienta CTE-IRB

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) recomendou aos Tribunais de Contas de todo o país a fiscalização das medidas adotadas por Municípios e Estados para proteger os dados dos estudantes que fazem uso de plataformas virtuais de ensino. De acordo com o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, a Nota Técnica (NT), expedida nesta segunda-feira (6), traz diversos questionamentos que podem ser realizados aos gestores públicos quanto ao resguardo das informações fornecidas pelos estudantes e por suas famílias ao utilizarem essas tecnologias. O documento destaca que a proteção aos dados é um direito fundamental assegurado constitucionalmente nos parâmetros estabelecidos em Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. [Continue lendo AQUI.](#)

Seduc prepara retorno das aulas de forma não presencial a partir de 03 de agosto

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) está se preparando para a retomada das aulas de forma não presencial (online e off-line) a partir do dia 03 de agosto. A organização para retorno das aulas consta no plano estratégico para reabertura das escolas, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc). [Continue lendo AQUI.](#)

Autoridades educacionais estão preocupadas com evasão escolar pós-pandemia

As autoridades educacionais do país acreditam que é possível manejar a Base Nacional Comum Curricular para evitar que o ano de 2020 seja dado como perdido. Ou seja, fazer com que alguns



conteúdos possam ser repassados em 2021. Os alunos do terceiro ano do ensino médio fariam essa recuperação de forma mais rápida. [Continue lendo AQUI.](#)

Desigualdades e baixo aprendizado são os maiores desafios na educação

O baixo nível de aprendizado dos alunos, as grandes desigualdades e a trajetória escolar irregular estão entre as questões mais preocupantes em relação à educação pública brasileira. A constatação está no Relatório do [3º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2020](#), divulgado nesta quarta-feira (2) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). [Continue lendo AQUI.](#)

Inep apresenta 3º relatório de acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação

O Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) revela que 6 dos 52 indicadores com metas definidas, e calculadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), já chegaram ao que estabelece o Plano. Quarenta e dois indicadores (42) têm nível de alcance maior que 50% e 28 indicadores têm nível maior que 80%. O nível médio de alcance está em 75%. A evolução das 20 metas do PNE, monitoradas atualmente por um total de 57 indicadores, foram apresentadas em coletiva de imprensa na manhã desta quinta-feira, 2 de julho, no Ministério da Educação (MEC), pelo secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, e pelo presidente do Inep, Alexandre Lopes. [Continue lendo AQUI.](#)

Relatório do Inep aponta retrocessos e descumprimentos de metas do Plano Nacional de Educação

O relatório deste ano do Plano Nacional de Educação (PNE) divulgado nesta quinta-feira (2) reconhece que o Brasil cumpriu somente uma das 20 metas previstas para serem atingidas entre 2014 e 2024. As demais estão longe de serem alcançadas ou foram cumpridas apenas parcialmente (veja o detalhe de cada uma das 20 metas mais adiante). [Continue lendo AQUI.](#)

Inep disponibiliza Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar 2020 e Glossário da Educação Especial

Documentos orientadores do Censo Escolar 2020 estão publicados no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com o objetivo de esclarecer dúvidas dos responsáveis pela declaração e acompanhamento da coleta de dados. As equipes técnicas do Censo Escolar do Inep produziram o Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar 2020 – Matrícula Inicial e o Glossário da Educação Especial – Censo Escolar 2020. As publicações oferecem



descrições diretas e concisas sobre os conceitos adotados para a padronização do preenchimento do Sistema Educacenso. [Continue lendo AQUI.](#)

Instituto Rodrigo Mendes divulga pesquisa sobre protocolos referentes à educação inclusiva durante a pandemia

Documento elaborado pelo Instituto Rodrigo Mendes (IRM) fornece orientações para auxiliar os gestores responsáveis no planejamento e na execução de políticas públicas, buscando assegurar o direito à educação das pessoas com deficiência diante do período de isolamento social e no estágio de retomada das atividades escolares de forma presencial, abordando os critérios de retorno; questões sanitárias; e distanciamento social. [Continue lendo AQUI.](#)

20 recomendações para a reabertura das escolas - Campanha lança guia para retorno às aulas presenciais

Quando e como reabrir as escolas? Em que condições retornar? Como construir coletivamente os protocolos? Que recomendações seguir? São respostas a essas questões que o Guia 8 - Reabertura das Escolas busca apresentar. [ACESSE O GUIA AQUI.](#)

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe:

Miguel Silhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial